



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

CONTRATO Nº 007/2019

CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ASSINATURA ANUAL DE JORNAL IMPRESSO.

CONTRATO Nº 007/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP E, A EMPRESA R.C. DE OLIVEIRA ME, NA FORMA ABAIXO ADUZIDA.

Que fazem de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP – MT**, pessoa jurídica de direito público estabelecido nesta cidade de Sinop, Estado de Mato Grosso, sito a Avenida das Figueiras, 1.835; Centro, inscrita no CNPJ sob número 00.814.574/0001-01, neste ato representado pelo seu Presidente o Senhor **REMIDIO KUNTZ**, brasileiro, casado, Portador do RG sob nº 577074 SSP/MT e do CPF 362.745.261-53, no uso de sua competência, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado, a empresa **R.C. DE OLIVEIRA-ME**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na cidade de Sinop, Estado de Mato Grosso, situada à rua das Piracantas, 350, Jardim das Oliveiras, inscrita no CNPJ sob nº 05.460.358/0001-10, e inscrição estadual nº 10.646, neste ato representado pelo Sr. **REVELINO CARLOS DE OLIVEIRA**, portador do RG sob o nº 956439 SSP/MT do CPF nº 567.501.701-10, doravante denominado **CONTRATADO**.

ORIGEM: Processo de Inexigibilidade nº 002/2019 de 03 de junho de 2019, considerando ainda as disposições estabelecidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas posteriores alterações, aplicando nos casos omissos, o disposto na legislação civil vigente, têm, entre si, como certo e ajustado o presente Contrato de Assinaturas de Jornal, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 É objeto do presente contrato 20 (vinte) Assinaturas anuais do Jornal “Diário do Estado”.

CLAUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

2.1 Os serviços de responsabilidade da Contratada, mencionados na Cláusula Primeira deste contrato, serão realizados com a entrega de 20 jornais por edição.

2.2 O regime de execução será de forma indireta, e o pagamento será único, não podendo ser cedido ou sublocado, excetuados aqueles motivos por força maior ou caso fortuito, o que dependerá de prévia anuência da CONTRATADA.

CLAUSULA TERCEIRA - VALOR DO CONTRATO

3.1 As partes de comum acordo ajustam o valor do contrato em R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

- 4.1 O valor do contrato ajustado entre as partes será liquidável em 1 (uma) parcela no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais.).
- 4.2 No que tange ao pagamento da parcela acima mencionada, fica a CONTRATANTE responsável por liquidar a obrigação até o dia 10 (dez) do mês subsequente à assinatura do presente contrato, após a entrega da Nota Fiscal na Chefia de Compras e Licitações.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 5.1 O Prazo de vigência do presente contrato inicia-se na data da assinatura deste, com término em **11/06/2020**.
- 5.2 Em conformidade com o disposto no art. 57 da lei 8.666/93, o presente contrato poderá no seu vencimento ser prorrogado através de Termo Aditivo entre as partes, desde que solicitado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do seu término, comprovados os motivos elencados, para tal medida.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 6.1 É obrigação da CONTRATADA prestar os serviços de conformidade com a cláusula primeira pelo período contratado;
- 6.2 Responsabilizar-se por todo ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, tributária e trabalhista de seus empregados,
- 6.3 Assumir toda a responsabilidade civil sobre a execução dos serviços objeto deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

- 7.1 O cumprimento com a Cláusula Terceira e Quarta do presente instrumento de forma integral e pontual.
- 7.2 Fiscalizar o presente contrato, através do servidor Walysonn Douglas Brito do Amaral, designado fiscal do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA FONTE DE RECURSOS

- 8.1 Em relação aos recursos necessários para pagamento do presente instrumento são encargos provenientes da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 9.1 As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:
Programas - Rubrica Orçamentária



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica - 01 001 01 031 1 2001 33 90 39 00

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1 Em conformidade com o art. 65, II da Lei 8.666/93, caso sejam necessárias alterações no presente contrato, as mesmas serão objeto de estudo mútuo entre as partes, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA HIPÓTESE DE RESCISÃO DO CONTRATO

11.1 São motivos ensejadores da rescisão contratual, sem prejuízo dos demais motivos previstos em lei e neste instrumento.

- a) O descumprimento de cláusulas contratuais ou das especificações que norteiam a execução do objeto do contrato;
- b) O desatendimento às determinações necessárias a execução contratual;
- c) A prática reiterada, de atos considerados como faltosos, os quais devem ser devidamente anotados, nos termos do §1º do art. 76 da lei federal 8.666/93;
- d) A dissolução da sociedade, a modificação da modalidade ou da estrutura da empresa desde que isso venha a inviabilizar a execução contratual;
- e) Razões de interesse público, devidamente justificados;
- f) A subcontratação parcial ou total, cessão ou transferência da execução do objeto do contrato;

11.2 A rescisão poderá ocorrer também por ato unilateral, nos casos elencados no art. 78, inciso I a XII, da lei 8.666/93;

11.3 As partes poderão, observada a conveniência segundo os objetivos da administração promover a rescisão amigável do contrato, através do próprio termo de distrato;

11.4 Fica acordado entre as partes que se a rescisão contratual ocorrer por interesse da CONTRATANTE, fica esta obrigada a comunicar por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

11.5 Independentemente dos motivos que ensejarem a rescisão do contrato, será garantido à CONTRATADA, o recebimento do preço proporcional ao desenvolvimento e prestação de serviços, no estágio em que se encontre.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

12.1 Os preços dos serviços e produtos ofertados pela Licitante são fixos e irrealizáveis.

12.2 Havendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, deverá ser observado o estabelecido nos artigos 58 e 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 Em exigência ao disposto no art. 55 § 2º da Lei 8.666/93, as partes elegem de comum acordo o foro da comarca de Sinop - MT para solucionar quaisquer dúvidas oriundas do



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

presente instrumento, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou pareça, ficando expressivamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação, seja à que título será considerado fora de sua jurisdição.

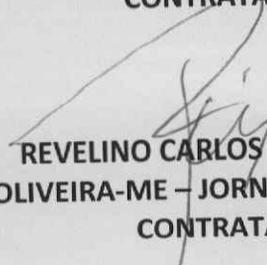
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 O presente contrato obedecerá à Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, aplicando-se as sanções nela prevista por qualquer descumprimento com as obrigações assumidas em decorrência do presente instrumento.

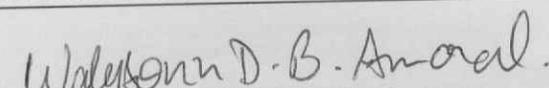
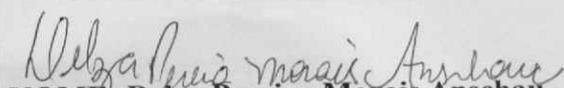
E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente contrato lavrado, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, e assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

Sinop-MT, 12 de junho de 2019.


CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP-MT
REMIDIO KUNTZ – PRESIDENTE
CONTRATANTE


REVELINO CARLOS DE OLIVEIRA
R.C. DE OLIVEIRA-ME – JORNAL DIÁRIO DO ESTADO
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

 NOME: Walysonn Douglas Brito do Amaral CPF/MF: 028.321.961-01	 NOME: Delza Pereira Morais Anshau CPF/MF: 020.687.351-48
---	---

Data: 10/06/2019

MARCIO SILVA DA COSTA
Marcio Silva da Costa OAB 24.1796/MT
Visto – Departamento Jurídico